

tuição não marca prazo para fazer a escolha do diretor do Departamento e não permite a V. Exa. que tenha acesso à escritura da CHERP e da USELPA. Não é assim que se fala. Aqui, ninguém quer aumentar a sua conta com o Poder Executivo. Repito a V. Exa.: não acredito que haja conta no Estado e na União. Talvez haja conta na Municipalidade. V. Exa. deve saber melhor do que eu.

O Sr. Coryntho Balduino Costa Júnior (Com assentimento do orador) — Nobre deputado Hilário Torloni, estava ouvindo com a devida atenção o discurso de V. Exa., e então eu me lembrava, ao ouvi-lo atentamente, das palavras que dissera ontem à noite a um amigo que me acompanhara a esta Casa, que lamentara o episódio de xingamento partido do discurso de V. Exa. Quando V. Exa. deseja, quando V. Exa. quer, quando V. Exa. pretende, V. Exa. se transforma, porque o seu talento permite ser um dos grandes parlamentares desta Casa. Mas, às vezes, faltam-lhe argumentos, ou deseja ser incisivo e, então, V. Exa. tende para o caminho que nós não aplaudimos muito: de traçar o perfil de um impoluto como sendo imoral, querendo atingir a defesa de uma tese tão somente. Saiba V. Exa. que, integrando a maioria desta Casa, porque integro a bancada do Partido Libertador, não tenho, Exa., conta-corrente com quem quer que seja, e não admito insinuações nesse sentido. Não vejo o empenho, o preclaro, o fulgido estadista que dirige os destinos de São Paulo há mais de um ano, e não preciso vê-lo nem preciso dizer desta tribuna aos paulistanos que ele realmente é um dos grandes administradores de São Paulo. Não faço esse juízo do chefe de V. Exa. Conheço bem o chefe de V. Exa.; conheço bem o prefeito que dirige o destino de São Paulo; conheço bem o administrador desonesto que dirigiu os destinos do Estado e, agora, dirige o município. Mas, Exa., não vou pensar — porque tenho V. Exa. na conta de um parlamentar de grande valor — que V. Exa. ocupou ontem 60 minutos que vai ocupar hoje mais 90 ou mais 3 ou 4 horas nesta tribuna para atacar o Governador Carvalho Pinto, tão somente para aumentar a sua conta corrente no Ibirapuera. V. Exa. não me parece desonesto. É um homem que eu tenho em boa conta, é um moco honesto e como não faço esse mau juízo de V. Exa., devolvo-o, porque não admito que faça de mim o mesmo mau juízo. Integro a maioria. Defenderei o Prof. Carvalho Pinto nesta tribuna. Mas não venha V. Exa. com insinuações, não chame de imoral um cidadão da inteireza de um Carvalho Pinto como do (porque não dizê-lo?), estatista que dirige os destinos da pátria brasileira. A V. Exa. e ao partido de V. Exa. não agrada muito que esteja no poder o Sr. Jânio Quadros mas, neste regime democrático, com a graça de Deus, a mais de 6 milhões de brasileiros! Eis porque, Exa., nesta oportunidade, eu quero lavar o meu protesto para dizer a V. Exa. que o mesmo respeito que eu lhe tenho desejo que me tenha e, se atinge a maioria, está atingindo, de per si, a todos os seus elementos. Se alguns são insensíveis, eu não o sou!

O SR. HILARIO TORLONI — A conta-corrente é íngavel. Claro que não me refiro ao Banco do Estado. Os Campos Elísios não são estabelecimentos bancários.

Mas os Campos Elísios têm uma conta-corrente política.

O Sr. Coryntho Balduino — Para mim, não.

O SR. HILARIO TORLONI — E essa conta-corrente política pode ser manipulada até com toda a lisura, dentro dos cânones democráticos. Pode, perfeitamente. É da própria dinâmica do regime, na prática do sistema democrático. Eu não vejo porque se ofendam com isso. Negar a evidência é que fica feio, fica mal. O que fica muito feio é pensar que estou falando em conta-corrente financeira. Não, não falei nada disso.

O Sr. Coryntho Balduino — Todos o entenderam bem.

O SR. HILARIO TORLONI — Não falei na conta-corrente financeira mas na política, é claro. E esta é íngavel. Tem de existir, mesmo dentro do funcionamento do nosso regime democrático. É principalmente decorrente das contingências de um povo criança, de uma nação jovem, que está engatinhando neste maravilhoso regime. Todos esses percalços são inevitáveis e são íngaveis. Negar isso é que fica feio nesta Assembleia, porque todos, intimamente, estão rindo, porque todos estão dando risadas, porque é negar a evidência. Toda a matéria relacionada com a administração do Estado pode ser ventilada nesta Assembleia. O que ocorre na administração federal e municipal, é assunto para deputados federais, senadores e vereadores, respectivamente. Os vereadores de Xiririca fiscalizam as contas da Prefeitura de Xiririca; os de Araçatuba, as da Prefeitura de Araçatuba; os da Capital, as da Prefeitura da Capital. Eu, como não sou de Xiririca, nem de Araçatuba, nem sou vereador da Câmara desta Capital, mas deputado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, fiscalizo os atos do Governador e deles falo, mesmo porque não estamos aqui para outra coisa. Não somos chamados para discutir nenhuma mensagem de nenhum prefeito, mas do Governador do Estado. Quanto a este, alguns têm brado em dizer que é impoluto. Eu mesmo me lembro até daquele deputado situacionista que na ansia de agradar o Sr. Governador, chamou-o de "impoluto". Querendo agradar mais ainda chamou-o de "impoluto". Ele dizia que o Sr. Chefe do Executivo era "impoluto", como se isso melhorasse o adjetivo qualificativo. São lembranças que me vêm à memória, ouvindo essas coisas nesta Casa. O homem é honesto. O Sr. Jânio Quadros é honesto? Muito bem. O Sr. Carvalho Pinto é honesto, honrado? Porque, então, não cumpre primeiro a Constituição, enviando a esta Casa os nomes dos administradores para essa autarquia, para essa sociedade de economia mista? Diz o nobre deputado Cardoso Alves que não há prazo. Mas o constituinte achou que para o Governador de São Paulo não precisaria por um prazo para que ele cumprisse com o seu dever constitucional. Não imaginava que São Paulo fosse assaltado por um Jânio Quadros e governado por um Carvalho Pinto, por isso não precisou por um prazo. Mas por não existir um prazo na Constituição, acham V. Exas. que esse Departamento pode continuar acéfalo, com engenheiros respondendo pelo expediente? Pode? Isto é constitucional? A Assembleia fiscaliza aquilo de que jeto então? Se nem pode participar da aprovação ou rejeição dos nomes dos administradores da sociedade de economia mista? Não pode. Era um meio que a Assembleia dispunha para fiscalizar, mas dessa maneira não tem meios para exercer a fiscalização, primeiro porque o maior acionista que representa o Estado, o Departamento de Águas e Energia Elétrica, está acéfalo desde dezembro de 1959; segundo — os nomes dos administradores da CHERP e da USELPA não foram submetidos a esta Casa, e lembro a V. Exas. a Constituição. Mas o homem é impoluto, o "impoluto" Prof. Carvalho Pinto. Aqui está a decência e a pureza do Governador. Fora daqui, porque quem foge do texto da Constituição não pode merecer o respeito num governo constitucional. E ele desrespeita a Constituição! Rasga-a! Rasga-a. (Não apoiado) V. Exa. disse não apoiado porque naturalmente não se lembra do imperativo constitucional. Vou refrescar a sua memória. Aqui está: "Secção II. Artigo 43. letra 'f', compete ao Governador: fazer a indicação com a aprovação da Assembleia, dos diretores das sociedades de economia mista";

Está claro aqui: "fazer a indicação, com a aprovação da Assembleia, dos diretores das sociedades de economia mista". Cumpriu isto? Jamais cumpriu. Então está fugindo ao imperativo constitucional! Por que? Para manter Mário Lopes Leão dirigindo a CHERP e a Uselpa. É impoluto. Ele não cumpre a Constituição, permite roubo lá dentro, mantém o Departamento de Águas e Energia Elétrica acéfalo e é impoluto... Que vamos fazer? Com o tempo os termos vão adquirindo outra significação. É claro! Não há dúvida que a Constituição é clara, e qual de V. Exas. a interpreta de maneira diferente? Deve ou não deve, o Sr. Governador, para nomear diretores da CHERP e da Uselpa submeter seus nomes à apreciação da Assembleia? É claro o texto constitucional. Claro que deve. Submeteu-os a ela? Não! Quem está fugindo a isto desrespeita a Constituição, está claro. Qual a outra conclusão a que se chega? Esta é a argumentação que expendo. Não invento coisas.

Eu poderia perguntar a V. Exas. se é honesto isto que "O Estado de São Paulo" publicou em 3 de fevereiro de 1960 — já é do "impoluto", do "honradíssimo", não é do outro, Jânio Quadros, perdão S. Exa.

O Sr. Mendonça Falcão — É o Presidente da República.

O SR. HILARIO TORLONI — Daí o tratamento de S. Exa.

O obrigado é que se furta para a eleição. Depois que se ganhou, diz-se que foi o povo que elegeu. De onde veio o dinheiro para passeios a Europa? Para a eleição? De onde veio? Veio do setor onde não há prestação de contas.

— (São dados apartes sem solicitação).

O SR. HILARIO TORLONI — Por que não há prestação de contas?

— (São dados apartes sem solicitação. O Sr. Presidente faz soar a campainha).

O SR. HILARIO TORLONI — Para se furtar para se ganhar eleições.

— (São dados apartes sem solicitação).

O SR. HILARIO TORLONI — Depois, encasaca-se, vai à posse do homem e diz que 6 milhões o elegeram. Mas quanto gastou para convencer os eleitores?

— (São dados apartes sem solicitação. O Sr. Presidente faz soar a campainha).

O SR. HILARIO TORLONI — Os vereadores convenientes esquecem-se...

— (São dados apartes sem solicitação).

O SR. HILARIO TORLONI — Mas mostro isto aqui para janistas e carvalhistas

— (São dados apartes sem solicitação).

O SR. HILARIO TORLONI — É o jornal "O Estado de São Paulo", que é de Carvalho Pinto e que apoiou Jânio. S. Exa. o Sr. Jânio Quadros.

O Sr. Mendonça Falcão — Muito bem!

O SR. HILARIO TORLONI — É "O Estado de São Paulo"; "Reajustamento de 130% no preço da construção da Usina de Barra Bonita".

Isso é que é honestidade, um reajustamento de 130%!

— (É dado um aparte sem solicitação).

O SR. HILARIO TORLONI — ... lisura, pureza de costumes pureza angelical.

— (É dado um aparte sem solicitação).

O SR. HILARIO TORLONI — Reajustamento de 130% no preço da construção da Usina de Barra Bonita! Centro e trinta por cento! Fizem a concorrência, fizeram. Ganharam alguém. Depois reajustaram o preço em cento e trinta por cento! (Risos) V. Exas. riem. E fazem bem. "Ridendo castigat mores".

Poderia lembrar Itararé. Isso vem contra o outro, S. Exa. o Sr. Jânio Quadros, pois foi no tempo dele. A Usina de Itararé sofreu extensão contratual no valor de 5 bilhões de cruzeiros! E a representação do Sindicato da Indústria de Construção Civil de Grandes Estruturas Associação Profissional de Engenharia de Estradas, Portos, Canais e Instituto de Engenharia está em "O Estado de São Paulo" do dia 25 de janeiro de 1959, páginas 21. Extensão de contrato! Lá não houve nem concorrência! Estavam construindo a Usina de Salto Grande. E como ficava de Usina de Itararé, resolveram fazer uma extensão de contrato!

O Sr. Mário Lopes Leão respondeu, depois, dizendo que não chegava a 5 bilhões de cruzeiros. Não era bem isso.

Isso se chama lisura, honestidade, pureza angelical. Isso é que é pureza. Ladrões são todos os outros. Honestos mesmo são estes dois. Estes dois são honestíssimos.

Ora, não preciso prosseguir a esvairar este tumor. Não é preciso. Aliás, estes fatos são do conhecimento público. Lembro-os apenas a alguns deputados novos, que podem pensar que o homem é honesto, mas não devem dizer isso de público, pois fica até feio. (Risos) Os fatos desmentem comprovam o contrário.

O homem não cumpre a Constituição. Até hoje não mandou para cá os nomes dos dirigentes da USELPA e da CHERP. A Constituição exige isso. Constituição não é brincadeira, não. Não é Portaria de nenhum subchefe. É a lei que governa os governadores, é a lei que governa os legislativos e os judiciários de cada unidade da Federação. Ela é que nos comanda a todos. E, desrespeitando-a, não há governante honesto, não é governante decente. A decência começa no respeito à lei, que custou isso sim, o sangue dos paulistas. Desrespeita-la é desrespeitar a história de São Paulo e é desrespeitar o presente de São Paulo.

Mas por que não manda os nomes dos dirigentes das autarquias? Porque não convém! Convém continuar como está, para financiar eleições! Vostros algumas usinas também! Também de lambagem constrói algumas usinas! Mas a que preço! O Plano de Eletrificação, todo, estava orçado em 10 bilhões, Sr. deputado! Agora, então para continuar as obras pecem, neste projeto, para a CHERP e a USELPA, mais 10 bilhões. Mas o Plano inteiro foi orçado em 10 bilhões! Diz o nobre deputado Cardoso Alves: mas estão sendo construídas algumas usinas. Verdade! Estão sendo construídas a Jorcepsi! Estão sendo arrumadas algumas usinas!

O Sr. Mário Lopes Leão não tem interesse em construir usinas, pois ele é Diretor da Light e tem que defender primeiro a Light e, depois as usinas de São Paulo. Que interesse tem ele que São Paulo produza energia elétrica em quantidade tal que supra a demanda energética do nosso Estado? Não tem interesse, pois ganha da Light! Como pode então ter algum interesse na CHERP e na USELPA? Eu não critico o Sr. Mário Lopes Leão. Na primeira discussão do projeto alguns Srs. deputados, entre os quais o deputado Cid Franco, estranharam que algum nobre deputado marcasse muito o Sr. Mário Lopes Leão. Eu não o comento: respeito-o! É um homem vendido aos estrangeiros e, portanto apenas o desprezo, não o combate.

Mas a culpa não é dele. É Diretor da CHERP e da USELPA porque o Sr. Jânio Quadros o nomeou e o Sr. Carvalho Pinto o mantém naquele posto. Não é, portanto, o primeiro culpado! Poderia ser só diretor da Light, exercendo um seu legítimo direito. Qualquer cidadão pode ser convidado pela Light para exercer cargo de direção, pois é uma empresa particular e o cidadão pode ser convidado e aceitar. Mas o que Jânio Quadros e Carvalho Pinto fizeram é outra coisa: convidaram-no para dirigir o Plano de Eletrificação do Estado de São Paulo! Não é irregularidade? E quem a pratica, como se chama? Quem pratica desonestidade, como se chama? Que nome devo usar? Impoluto? Honesto? Honrado? Puro?

É verdade que a seita do Janismo — essa misteriosa religião que repete o milagre, não da multiplicação dos pães, mas dos dinheiros — essa misteriosa seita tem até vocabulário próprio; extorquiu do povo dessa forma chama-se honestidade, agir assim é ser probo, impoluto! E o vocabulário da seita janista, que lembra as misteriosas seitas da Grécia Antiga. No vocabulário daquelas seitas só os iniciados poderiam ter acesso. Aqueles que são iniciados da seita janista usam uma terminologia própria, onde os termos têm um significado contrário aqueles que os dicionários e a linguística consagram. É a única explicação!

Não admito que nenhum deputado desta Casa tenha sido desonesto, tenha metido a mão nos dinheiros da CHERP e da USELPA. Não poderia dizer isto! Mas exatamente por isso estranho que queiram votar a favor deste projeto de lei, nos seus últimos artigos, onde o Sr. Governador quer dar mais 10 bilhões para a CHERP e USELPA, sem colocar, primeiro um homem a testa do Departamento de Águas e Energia Elétrica, mandando a esta Casa o nome que quer para dirigir aquelas autarquias.

Criou que alguns Srs. deputados não leram o projeto, mas o dinheiro que vamos dar ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, para inverter na CHERP e na USELPA são 10 bilhões! O projeto, em seu artigo 63, diz: "(E) Fica o Departamento de Águas e Energia Elétrica autorizado a aplicar, até 31 de dezembro de 1962, na Execução do Plano de Eletrificação do Estado recursos até o montante de Cr\$ 7.813.000.000 (sete bilhões, oitocentos e treze milhões de cruzeiros), destinados à subscrição de ações no aumento de capital das companhias abaixo mencionadas..." e, depois, vem o resto, mais abaixo.

Quer dizer: o Departamento de Águas e Energia Elétrica é que vai receber esse dinheiro do povo. Mas, Srs. deputados, este Departamento num tem diretor há mais de ano!... E V. Exas. querem dar 10 bilhões de cruzeiros para este Departamento!... Não seria melhor que o Sr. Governador primeiro mandasse para cá o nome do diretor que quer nomear? Claro que sim! Examinaríamos o nome dele e votaríamos "sim" ou "não". Ai o Departamento estaria em condições legais de receber mais dinheiro. Mas o Departamento está acéfalo desde dezembro de 1959. Lá está o Engenheiro Milton Ribeiro dos Santos, homem que admira. Mas S. Sa. não é o diretor; está para responder pelo expediente. Tudo isto é honesto, decente, puro... Isto caracteriza os chamados impolutos.

O Sr. Giro Albuquerque — V. Exa. permite um aparte?

O SR. HILARIO TORLONI — Pois não, tem o aparte V. Exa.

O Sr. Giro Albuquerque — Nobre deputado Hilário Torloni, V. Exa. faz uma exposição meridianamente clara. Não há mesmo argumentos que invalidem as suas afirmativas, eis que V. Exa. as articula inspirado em fatos concretos e procura bem caracterizar um estilo de governo, que se instaurou em nosso Estado e agora em nosso país, inteiramente "sui generis", um estilo de governo que é rígido, no varejo em perseguições a humildes funcionários públicos, que faz praça da sua honorabilidade numa propaganda janista conhecida e praticada desmandos por atacado. Eis aí um desmando, nobre deputado, que V. Exa. aponta ao povo paulista e ao povo brasileiro, que invalida, por si só, toda a propaganda orientada e organizada deste Governo no sentido da sua honorabilidade e austeridade. É um estilo de governo que realmente, através de tal propaganda e de afixação de placas das obras que vai realizando, procura narcotizar a consciência do povo, chegando mesmo, agora, às raias do ridículo, eis que, pelo interior afora, obras públicas que anteriormente passavam despercebidas, pois que eram da obrigação intente do próprio Governo fazê-las, hoje apresentam placas ornamentadas e de tão alta valia que, sem esforço, poderíamos afirmar que em algumas dessas obras as placas seriam mais onerosas que as próprias obras. E assim, os governos vão passando e o povo, como que narcotizado, vai vivendo sem se aperceber dos desmandos. Deve este povo, nesta hora e neste instante, levantar o seu pensamento aos céus por contar ainda com parlamentares da estirpe, do estófo de V. Exa., que, de forma desassombada, vem à tribuna para, numa crítica imparcial inspirada na verdade dos fatos, apontar ao Estado e à Nação os desmandos que se praticam na atual administração do Governo de São Paulo.

O SR. HILARIO TORLONI — Muito obrigado, nobre deputado Giro Albuquerque, pelas generosas referências à minha modesta oração.

Curioso é o sistema de alguns Srs. deputados governistas: estão fazendo acusações ao Governo. Pois bem, ao invés de provarem que as acusações são falsas, são inautênticas, são insubsistentes, nada dizem e partem para as críticas a outros governantes. Não sei em que os eventuais erros de governos passados possam absolver o atual. Não entendo este raciocínio de alguns ja-